ÁREA TEMÁTICA: Estudos Organizacionais

INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR: UMA ANÁLISE DA EDUCAÇÃO COMO BEM PÚBLICO

Resumo

As instituições comunitárias de educação superior (ICES) são consideradas um modelo de instituições de educação superior que possuem como objetivo o compromisso social e o desenvolvimento regional. O objetivo deste ensaio é analisar as instituições de educação superior comunitárias de Santa Catarina sob o olhar da educação como um bem público. Essas instituições não são consideradas públicas e nem privadas, pois possuem perspectivas de sustentabilidade econômica e financeira, facilitando o cumprimento do seu papel para o desenvolvimento regional, acesso a editais públicos de fomento para a pesquisa e extensão, até então exclusividade das universidades públicas. A educação é um bem público, em que possui a sua finalidade a formação de indivíduos, possibilitando o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade. Observou-se que as instituições de educação têm alterado o seu propósito, com uma narrativa voltada para empreender e para o mercado, sendo perceptível nas vendas das ICES para grandes grupos educacionais.

Palavras-chave: Instituições comunitárias de educação superior (ICES); Educação como bem público; Mercantilização; Globalização.

Abstract

Community higher education institutions (ICES) are considered a model for higher education institutions whose mission is social commitment and regional development. The purpose of this essay is to analyze community-based higher education institutions in Santa Catarina from the perspective of education as a public good. These institutions are neither considered public nor private, as they have prospects for economic and financial sustainability, which enables them to fulfill their role in regional development and gain access to public funding calls for research and extension programs, opportunities that were previously exclusive to public universities. Education is a public good, the purpose of which is to shape individuals, thereby fostering a deeper sense of citizenship and the democratization of society. It has been observed that educational institutions have shifted their focus toward entrepreneurship and the market, a trend that is evident in the sale of ICES to large educational groups.

Keywords: Community institutions of higher education (ICES); Education as a public good; Commodification; Globalization.

1. Introdução

As instituições comunitárias de educação superior (ICES) são um modelo alternativo de instituições, pois não são consideradas públicas e nem privadas, essas podem ser classificadas, ou não, como confessionais, fundacionais e regionais, como entidades sem fins lucrativos e com responsabilidade social (Didoné, 2014; Policarpo, 2017). Essas instituições podem ser criadas por uma comunidade, por cooperativas ou por pessoas jurídicas, com o principal objetivo de manter compromissos com a comunidade (Policarpo, 2017). As ICES são reconhecidas como agentes geradores do desenvolvimento regional, dada a sua interação com as comunidades regionais, por meio de ações que buscam mais que somente a formação, essas instituições formam cidadãos comprometidos com o desenvolvimento local e regional (Paim, 2017). Frente a esse modelo e compromisso institucional, as ICES são capazes de proporcionar o desenvolvimento regional onde estão instaladas, por meio do atendimento das vocações regionais e propiciando novas vocações (Gumbowaky, 2014). Assim, contribuem para que o conhecimento e as informações geradas promovam o desenvolvimento regional e crescimento econômico e social onde estão inseridas (Paim, 2017).

Contudo, a educação deve ser considerada como um bem público, sendo imprescindível e insubstituível, o qual é direito de todos ter acesso a educação e dever do Estado criar e oferecer condições para a sua realização com amplitude, com a qualidade e a sustentabilidade necessárias e adequadas (Dias Sobrinho, 2013).

Diante deste contexto questiona-se: Como é a relação entre as ICES e a educação como um bem público? Nesse sentido é necessário entendermos que existe uma distinção entre educação como bem público e educação como mercadoria (Dias Sobrinho, 2013) e como serviço (Morosini; Corte, 2021). Desta forma, o objetivo deste ensaio é analisar as instituições de educação superior comunitárias de Santa Catarina sob o olhar da educação como um bem público.

A educação é um bem público, em que possui a sua finalidade a formação de indivíduos, possibilitando o aprofundamento da cidadania e da democratização da sociedade, sendo este um princípio, que sobrepõe a dignidade humana aos interesses, inclinações e circunstâncias individuais (Dias Sobrinho, 2013). Compete destacar que a recuperação histórica da educação superior é relevante, pois permite verificar que o seu passado constituem a educação da contemporaneidade (Sousa, 2021)

Para melhor compreensão do objetivo proposto, este ensaio está organizado da seguinte forma, além desta introdução: na primeira seção foi realizada uma discussão da educação superior, sob o olhar da educação como bem público e o discurso desenvolvimentista em Santa Catarina. Na segunda seção está descrito o histórico e surgimento das ICES de Santa Catarina. Na sequência é apresentado alguns pontos de reflexão sobre a mercantilização da educação e os efeitos da globalização na educação superior. E por fim são apresentadas as considerações finais.

2. Educação superior como bem público e o discurso desenvolvimentista em Santa Catarina

A invenção da universidade ocorreu na idade média, do século XII até o Renascimento. Constituindo-se, nesse período, o modelo de universidade tradicional que foi influenciado pelas experiências de Paris e Bolonha. No século XV, a universidade é impactada pelas transformações comerciais do capitalismo e do

humanismo literário e artístico. A partir do século XVII, a universidade é marcada pelas descobertas científicas de diferentes campos do conhecimento e também do Iluminismo, no século XVIII, sob a "valorização da razão, do espírito crítico, da liberdade e da tolerância religiosa e início da revolução industrial inglesa" (Trindade, 1999, p. 11). E do século XIX até os dias atuais, instituiu-se a universidade moderna, estabelecendo uma relação entre Estado e universidade, configurando os principais padrões das universidades atuais (Trindade, 1999).

No Brasil, a criação das universidades ocorreu de forma tardia, nas primeiras décadas do século XX e com um perfil heterogêneo. O seu desenvolvimento foi influenciado pelas suas relações com o sistema econômico, político e social, tornando-as um elemento essencial para a compreensão das relações socioculturais em que se inserem (Sousa, 2021).

Em 1968, no Brasil predominava a existência de instituições particulares, classificadas como confessionais e comunitárias, dado que a legislação vigente da época não previa instituições privadas. Portanto, as IES existentes eram sem fins lucrativos, subsidiadas por incentivos públicos, como as isenções fiscais (Policarpo, 2017).

Nesse contexto, em Santa Catarina, possibilitou o surgimento de instituições de educação com novos significados sociais, estas se diferenciavam das instituições que eram conhecidas como "empresariais" ou "comerciais". Essas instituições, que mais tarde foram reconhecidas como ICES, possuíam seu caráter de "públicas não estatais", as quais prestavam serviços públicos, caracterizados pelos trabalhos desenvolvidos com as populações de baixa renda (Paim, 2017).

Conforme destaca Dias Sobrinho (2013) há instituições de educação que visam além dos retornos financeiros, que buscam cumprir os propósitos de socialização dos fins educativos, as quais cooperam ao Estado e à sociedade civil. O autor enfatiza que somente a natureza da instituição, pública ou privada, a origem do financiamento, cobrança de mensalidade ou não, são itens que não demonstram a complexidade da contribuição da educação como bem público. Neste sentido, compete destacar que as instituições que mais se identificam com o sentido do bem comum são as que mais conseguem responder aos problemas contextuais, sendo que é nessas instituições que se formam atores responsáveis na construção de uma nação.

Essas instituições, "públicas não estatais" fomentaram o surgimento das fundações educacionais, as quais foram criadas a partir da década de 1960, em Santa Catarina. A estrutura administrativa e financeira possuíam características próprias, mas em todos os casos detinham de aprovação dos municípios (Lei Federal N° 4.024/61), ou seja, IES com forte apoio financeiro estatal (Gumbowaky; Salomon, 2014). Dessa forma, as IES atendiam as necessidades locais, ampliando o número de vagas na educação superior, com respaldo da legislação da época (Gumbowaky; Salomon, 2014). O objetivo da lei era o apoio à educação e cultura, a qual não fomentava a privatização educacional de cunho mercantilista.

Somente na década de 80, essas instituições passaram a ser reconhecidas e denominadas de "comunitárias" (Didoné, 2014; Paim, 2017). Como instituições públicas não estatais, essas IES buscaram um espaço que não era exclusivamente público, porém não seria exclusivamente privado. Dessa forma, essas instituições se evidenciaram por possuírem características de instituições públicas, haja vista as atividades de pesquisa, de extensão e a interação com a comunidade, e apresentavam um perfil de privadas, devido à cobrança de mensalidades (Paim, 2017).

Essa parceria público e privado foi o caminho encontrado para a autorização dos cursos em âmbito estatal e apoio ao suporte financeiro à implementação da educação superior (Aguiar, 2014). A autora enfatiza que os municípios foram responsáveis pelo financiamento dessas instituições, mas não foi responsável pela administração e fiscalização das atividades.

Essa crítica corrobora com a de Torres e Schugurensky (2002), em que os autores afirmam que a adoção de políticas neoliberais retira o Estado de sua responsabilidade de administrar os recursos público, sob o viés do mercado e da esperança que o crescimento econômico seja suficiente para resolver os problemas das populações mais pobres e desfavorecidas.

De acordo com Policarpo (2017), uma universidade comunitária pode ser criada por uma comunidade, por cooperativas ou por pessoas jurídicas, com o principal objetivo de manter compromissos com a comunidade. Dessa forma, as ICES devem apresentar gestão democrática, transparência administrativo-financeira, o controle social, a prestação de contas à sociedade e ao poder público e a ênfase no desenvolvimento regional (Didoné, 2014; Policarpo, 2017). Em sua essência, Dias Sobrinho (2013) destaca que as instituições de educação não devem limitar-se somente a uma expansão quantitativa, no quesito escolarização, visando somente impulsionar o desenvolvimento econômico. Mas, que contribua para o desenvolvimento econômico e democratização do bem comum.

A criação de ICES deu-se devido à união dos membros da sociedade civil, poder público local, com o intuito de prestar serviços essenciais à comunidade. Para Sousa (2021) o campo de atuação de uma IES é a diversidade de atores e instituições que podem revelar a complexidade que o espaço possui. Os quais podem ser classificados em: atores ligados ao Estado, atores sociais do próprio campo da Educação Superior e atores de outros campos sociais, os quais possuem "[...]interesse no que é oferecido/disputado no campo em estudo – ciência, títulos, inovação, patentes, formação acadêmica, prestígio profissional e institucional, etc." (Sousa, 2021, p. 48).

Essas instituições foram responsáveis por fornecer educação superior ao interior do estado, e pela expansão da educação superior com a abertura de novos campi em cidades na área de abrangência das instituições, visando impulsionar o desenvolvimento local e regional (Gumbowaky; Salomon, 2014).

Gumbowaky (2014) enfatiza que essas instituições proporcionam o desenvolvimento regional onde estão instaladas, por meio do atendimento das vocações regionais ou propiciando novas vocações. Além disso, há a influência dessas instituições na distribuição de renda, formação de cidadania, fomentando o desenvolvimento econômico, científico, social e cultural da região. Por sua vez, Dias Sobrinho (2013) ressalta que as IES fomentam a formação ética, científica e técnica dos cidadãos, para a construção de uma sociedade. A educação em um sentido público deve ser referida a formação de cidadãos sociais, em que a construção pessoal integral se insere em um contexto mais amplo na construção da sociedade, ou seja, da dignificação da humanidade.

Instituições de educação superior são referências para o avanço e elevação da produção intelectual. As quais devem possuir como finalidades, de acordo com suas condições de atuação, contribuir para a minimização dos desequilíbrios vigentes na sociedade (Dias Sobrinho, 2013). Além disso, o discurso da teoria do capital humano e do desenvolvimento econômico visam a educação como uma mola propulsora para motorizar a economia (Dias Sobrinho, 2013).

Ressalta-se que o discurso para expansão das ICES na interiorização da educação superior de Santa Catarina foi pautado na teoria desenvolvimentista, muito vigente na época. Pois é a partir da ditatura pós-64, que o sistema populista deixa de vigorar, e surge o moviemento nacional-desenvolvimentismo, que busca a promoção ao desenvolvimento economico, priorizando o técnico profissional (Aguiar, 2014).

Dessa forma, a educação superior passa a preparar a força de trabalho, em que o homem é necessario para o trabalho para promover o desenvolvimento que é proposto por esse novo modelo economico. Assim, a educação supeiror não é mais destinada somente a formação de uma elite liberal nem a ascesaõ de classes populares, mais buscou-se a formação do empregado “diplomado” para atender as necessidades das grande empresas nacionais e multinacionais (Aguiar, 2014).

A ideia que as teorias desenvolvimentista defendiam era que o desenvolvimento ocorre a educação é uma mola propulsora para o desenvolvimento, sendo que a preparação dos recursos humanos qualificados seria um pré requisitos para o desenvolvimento. Essas ideias repercutem no plano de governo de desenvolvimento da educação catarinense, com o apoio a interiorização e regionalização da educação. Diversos setores da sociedade, principalmente empresas catarinenses passarm a exigir a implemtação de instituições de educação superior em suas regiões, pois lideranças politicas e locais acreditavam que essas instituições poderiam ser um elemento catalizador para o desenvolvimento economico (Aguiar, 2014). Nesse sentido, compete destarcar, na proxima subseção, os principais marcos que constituram a criação e das instituições comunitárias de Santa Catarina.

2.1 As Instituições Comunitárias de Educação Superior de Santa Catarina

Para melhor compresão da constituição da educação superior comunitária de Santa Catarina, essa seção busca descrever os prinicipais marcos historicos e regularios dessas insituições.

O estado de Santa Catarina foi beneficiado pelo apoio da sociedade civil para construção das primeiras IES, caracterizadas por instituições comunitárias, sem fins lucrativos. As quais promoveram o fortalecimento da educação superior no interior do estado. Acreditava-se que essas instituições promoveriam o desenvolvimento regional, reforçando a defesa das instalações dessas IES nos municípios catarinenses (Policarpo, 2017).

As instituições comunitárias de educação superior começaram a ser constituídas no final da década de 1950, tendo como objetivo a interiorização da educação superior, em Santa Catarina. Suas atividades tiveram início por meio das fundações educacionais criadas pelos municípios, ou seja, com a presença do poder público local e das prefeituras municipais. A educação superior até o momento era ofertada somente na capital do estado, por instituições isoladas, que ofertavam cursos de Direito, Ciências Econômicas, Odontologia, Medicina, Farmácia, Filosofia, Serviço Social e Engenharia Industrial; outra possibilidade era as pessoas se deslocarem para os estados vizinhos, Paraná e Rio Grande do Sul (Paim, 2017).

Conforme ressaltado por Gumbowaky e Salomom (2014), às Leis Federais N° 4.024/61 e N° 5.540/68 estabeleceram que a educação superior fosse ministrada em universidades, contudo no contexto catarinense o que prevaleceu foi a proliferação de instituições isoladas de educação superior. Fomentando, assim, as primeiras

iniciativas de criação de instituições de educação superior isoladas em Santa Catarina.

Cavalcante (2000), ressalta que entre 1960 e 1964 caracterizado pela crise econômica, social e política no Brasil foi fomenta a demanda por instituições de educação superior, sendo atendida em 1969 com o “milagre econômico”, com a expansão de cursos, unidades e vagas na educação superior (Cavalcante, 2000; Trindade, 2003). Esse fato não ocorreu somente no Brasil, mas a segunda metade do século XX é caracterizada pela expansão da educação superior, principalmente nos países subdesenvolvidos (García-Guadilla, 2003).

Na década de 60, as instituições de educação superior comunitárias ganharam força, com características fundacionais municipais, tornando-se mais tarde, a maioria, universidades (Policarpo, 2017). Em 1964, as IES tinham o propósito de fornecer: interiorização da oferta da educação superior, bem como a democratização de acesso a cursos superiores de formação profissional. Tinham ênfase na formação de quadros vocacionados para o atendimento das necessidades locais e a constituição de um corpo de professores capacitado. Buscavam também a instalação de uma infraestrutura de ensino qualificada e a disseminação, por todo o Estado, de equipamentos laboratoriais e de bibliotecas especializadas (Gumbowaky; Salomom, 2014).

Aguiar (2014) relata que a primeira fundação educacional a surgir no interior do estado catarinense foi a Fundação de Ensino do Polo Geoeducacional do Vale do Itajaí (FEPEVI), com sede no município de Itajaí, em 1970, a partir da agregação de duas escolas superiores isoladas.

Contudo, a educação superior em Itajaí iniciou suas atividades alguns anos antes da criação da FEPEVI. Em 1962 surgiu a Sociedade Itajaiense de Ensino Superior (SIES), uma entidade de natureza privada. Mas, somente no ano de 1964 seu estatuto foi registrado em cartório e foram criadas as faculdades que a integram: Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais do Vale do Itajaí e Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Vale do Itajaí (Aguiar, 2014). A autora ressalta que essas instituições funcionavam na “clandestinidade”, pois não tinham autorização de funcionamento do Conselho Estadual de Educação (CEE). Somente em 22 de setembro de 1964, as Faculdades foram oficializadas, consideradas estabelecimentos municipais de educação superior, por meio da Lei Municipal Nº 599/64 e do Decreto 48A (Aguiar, 2014).

Em 1968, a SIES é transformada em Autarquia Municipal de Educação e Cultura (AMECCI), aprovada pela Lei Municipal Nº 892/68, e 1970, SIES é mudada para FEPEVI, pela Lei Municipal Nº 1.047/70 (Aguiar, 2014).

No município de Blumenau, em 1967, foi criada a segunda instituição fundacional, a Fundação Educacional da Região de Blumenau, sendo que seu surgimento também resultou na agregação de escolas superiores isoladas. Em 1953, já existia uma mobilização por parte da comunidade regional, da União Blumenauense de Estudantes, dos clubes de serviços e da câmara de vereadores do município, solicitando a implantação de instituições de educação superior (Aguiar, 2014).

A mobilização dos blumenauenses resultou na criação da primeira unidade de educação superior no interior do estado, a Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau, em 5 de março de 1964, por meio da Lei Municipal Nº 1.233 (Aguiar, 2014). Em dezembro de 1967, a Lei Municipal Nº 1.458 instituiu a Fundação Universitária de Blumenau. Nessa lei foram criadas a Faculdade de Filosofia,

Ciências e Letras de Blumenau e a Faculdade de Ciências Jurídicas de Blumenau (Aguiar, 2014).

Conforme Aguiar (2014), a Lei Municipal Nº 2.016, de 22 de julho de 1974, alterou o nome da Fundação Universitária de Blumenau para Fundação Educacional da Região de Blumenau. Em 1986, a Portaria Ministerial nº 117 concede reconhecimento e credenciamento à Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB) como universidade. E a partir de 21 de março de 1995, a Lei Complementar Municipal Nº 80 determina que a Universidade fosse considerada uma instituição de educação superior criada e mantida pela FURB, sua mantenedora. A FURB é considerada autônoma na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal, uma instituição de direito público, com autonomia didático-científica, de gestão financeira e patrimonial.

Na região Sul de Santa Catarina, em 1967 surgiu a primeira fundação educacional dessa região, a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), sediada na cidade de Tubarão, pela Lei Municipal Nº 443/67, de 18 de outubro de 1967, que substituiria o Instituto Municipal de Ensino Superior (IMES) (Aguiar, 2014). Em 25 de novembro de 1964, pela Lei Municipal Nº 353 foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas com o curso de Economia. Posteriormente, em 10 de dezembro de 1964, pela Lei Municipal Nº 355, foi criado o IMES, uma autarquia municipal que manteria a Faculdade de Ciências Econômicas. Essa faculdade foi a primeira do interior do estado a ser reconhecida pelo governo federal (Aguiar, 2014).

Já no município de Criciúma foi instituída a Fundação Universitária de Criciúma, pela Lei Municipal Nº 697, de 22 de junho de 1968, que teve seu nome alterado em 1974 para Fundação Educacional de Criciúma (FUCRI). A primeira faculdade do município foi a Faculdade de Ciências da Educação de Criciúma (FACIECRI) (Aguiar, 2014). Policarpo (2017) destaca que em uma década foram construídas dezoito instituições de caráter fundacional.

A Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE) foi então criada em 1974 para promover uma expansão homogênea da educação superior catarinense. O setor fundacional, entre 1978 e 1980, deteve cerca de 70% do total de vagas oferecidas, enquanto a UFSC atendeu os 30% restantes. Dessa maneira, comprova-se a relevância das fundações para o estado (Policarpo, 2017), justificando a importância das suas criações. Conforme destacado por Policarpo (2017), na segunda metade da década de 80, as instituições fundacionais evoluíram e se transformaram em universidades regionais e comunitárias. Compete destacar que em 1974, o ponto alto de expansão das IES no Brasil, 63% das universidades eram públicas, enquanto 78% dos estabelecimentos isolados eram privados (Cavalcante, 2000).

Com relação à criação de novas instituições, em 1986, pela Portaria Ministerial Nº 051/89, ocorre o reconhecimento da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), e pela Lei Municipal Nº 2.515, de 19 de outubro de 1989, a FEPEVI é transformada em Fundação Universidade do Vale Itajaí (FUVALI) (Aguiar, 2014).

Nesse mesmo ano, a Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina (FESSC), de Tubarão, foi transformada em universidade, através da Portaria Ministerial Nº 028, de 27 de janeiro de 1989, passando a denominar-se de Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), cuja mantenedora passa a ser a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina. Na década de 1990, a FUCRI, em Criciúma, foi reconhecida como universidade e passou a ser denominada de Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC) (Aguiar, 2014).

As instituições fundacionais foram responsáveis pela maioria da oferta de vagas na educação superior, e com o auxílio da ACAFE, por meio da sua força política, as IES privadas não se instalaram no estado, até a aprovação da LDBEN 9.394/1996, quando este se distancia do desenvolvimento e aperfeiçoamento da educação superior e estimula a que IES privadas assumam a educação superior no país (Gumbowaky, 2014). O autor ressalta que esse afastamento do estado na educação superior foi sentido já no início dos anos 2000 com a expansão das IES privadas em Santa Catarina. A metade do século XX pode ser definida como massificação e privatização, onde o primeiro é considerado o rápido crescimento das matrículas na educação superior e o segundo é a expansão do número de instituições privadas (Trindade, 2003).

No contexto municipal foram criados, em 2005, Centro Universitário Municipal de São José (USJ), e a Faculdade Municipal de Palhoça (FMP). Até o ano de 2009, Santa Catarina possuía uma universidade mantida pela União, a UFSC, e outra mantida pelo estado, a UDESC.

Em 2008 o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG) e a ACAFE começaram a manifestar sua posição em favor da formulação de um Marco Legal das Instituições Comunitárias, em que reconhecia essas como instituições com características distintas das privadas. Juntaram-se a essa manifestação, em 2009, a Associação Brasileira das Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC) e outras entidades representativas das universidades comunitárias brasileiras, como a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC) e a Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas (ABIEE) (Paim, 2017).

Em 2010 foi formulada a proposta oficial da Lei das Instituições Comunitárias PL N° 7.639/2010, conhecida como PL das Comunitárias. Em 2013, o projeto foi aprovado pelo Senado Nacional, sendo instituída a Lei das Instituições Comunitárias de Educação Superior, Lei 12.881/2013. Cabe ressaltar que o texto da lei aprovada foi formulado por entidades representativas das ICES (Paim, 2017). Assim, as instituições passaram a ter novas perspectivas de sustentabilidade econômica e financeira, facilitando o cumprimento do seu papel para o desenvolvimento regional, acesso a editais públicos de fomento para a pesquisa e extensão, até então exclusividade das universidades públicas.

Conforme ressalta Policarpo (2017), as instituições públicas existentes em Santa Catarina não atendiam toda a demanda, um dos principais motivos era a distância dessas instituições em relação às cidades interioranas. As instituições comunitárias atuaram como uma “mola propulsora”, de acordo com Paim (2017), para o desenvolvimento regional, com aumento da qualidade de vida e desenvolvimento das regiões, por meio do atendimento e do despertar de novas vocações regionais (Gumbowaky; Salomon, 2014). Dessa forma, é importante compreender como a mercantilização da educação superior influência na fomração e trajetoria da educacional.

3. Mercantilização da educação superior

A mercatilização da educação foi um dos fatores que mais alterou e ainda altera a educação a nivel global, nesse sentido, essa subseção busca explorar e questionar os efeitos da mercabtilização na educação, com vies para a educação superior.

É importante destacar que a educação superior é um direito de todos os indivíduos da sociedade e um investimento social, mas que é posto à prova por uma agenda neoliberal, que enraiza-se no mercado (Torres; Schugurensky, 2002). Essa agenda neoliberal iniciada na década de 90, trouxe em seu anseio a diretrizes curriculares baseadas em competências e habilidade, tanto para os profissionais que irão se formar como para os cursos de graduação, buscando atender aos requisitos de profissionalização para o mercado, bem como a diversificação de missão para as universidades (Leite; Genro, 2012).

A mercantilização da educação fomenta o gerencialismo e a ambivalência das IES, pois buscam atender a diferentes perfis organizacionais, profissionais e pessoas. A qual remodela as relações de poder, criando uma cultura competitiva. Levando as IES a buscarem e assumirem comportamento de qualidade e excelência (Sousa, 2021).

Essa lógica mercantil da educação acelerou o seu processo de mercantilização da educação superior, que por sua vez redesenharam os modelos das IES, fomentando ações para a profissionalização contrariando os interesses de formação cidadã (Leite; Genro, 2012). Ainda para as autoras, o processo de globalização ocorre em todos os campos, seja econômico, político ou cultural, como uma tentativa de aprofundar e universalizar o capitalismo. Porém, esse processo ocorre em meios as desigualdades sociais e econômicas, conflitos e diferentes estruturas de uma sociedade. Conforme ressalta Lander (2015), o processo de globalização acelera as desigualdades e exclusões entre os países e dentro das nações, a qual acontece praticamente em todo o mundo.

Observa-se que houve não somente em Santa Catarina, com a venda de algumas ICES, mas em todo o Brasil há uma explosão de venda de IES para grandes grupos educacionais. Dessa forma, questiona-se: Quais são os reais interesses desses grupos na compra das IES? E quanto a sociedade, quais são os retornos que esses grupos estão oferecendo? Qual é a missão das IES que estão vendo vendidas? Essas IES estão oferecendo profissionais qualificados para o mercado, ou somente formando quantitativamente uma massa de profissionais? Há uma preocupação com a formação cidadã desses acadêmicos? Quanto aos conhecimentos/saberes locais, esses grandes grupos educacionais têm levado em consideração? E as características locais, ou povos que habitam a região, as classes econômicas baixas e as minorias, como as IES desses grupos vem considerando essas características locais? Com base na reflexão de Trindade (1999), sobre a relação entre universidade e sociedade, qual é a identidade e perspectivas dessas IES e grupos educacionais sob a instituição social, econômica e política?

Magalhães (2006) alerta que o discurso das universidades (mas, passível de ser generalizado para demais instituições educacionais) têm-se alterado, com uma narrativa voltada para empreendedora/empresarialista e para o mercado. Sendo a principal razão que a narrativa empreendedora/empresarialista foca na educação superior de massas e o mercado diz respeito a sua forma de gestão. Tornando esse discurso a causa e o sintoma da crise de identidade da educação superior. Para Trindade (2003) investir em educação no Brasil se tornou um dos negócios mais rentáveis, o qual é um dos campeões em privatizações na América Latina.

Porém, conforme destaca Sousa Santos (2020), a universidade é abalada por movimentos contraditórios, de um lado as lutas sociais pelo direito à educação universitária e do outro lado a pressão global da universidade se adaptar e se submeter a critérios de relevância e eficácia do capitalismo global. Castro-Gómez

(2015) ressalta que as universidades têm se tornado corporativas, que se subordinam aos poderes globais. Para tanto, Castro-Gómez (2015) propõe a transdisciplinaridade, para evitar a fragmentação do conhecimento e das experiências, enquanto Sousa Santos (2020) sugere a pluriversidade, que converge para um conhecimento de saberes ecológicos, plurais e contra-hegemônicos.

A educação como um bem público, como um direito social, torna as IES grandes responsáveis pela formação ética, científica e técnica dos indivíduos na construção da sociedade e da dignificação da humanidade (Dias Sobrinho, 2013). A mercadorização da educação é condenável conforme Dias Sobrinho (2013, p.110):

> " [...] isto é, a transformação da educação, assim como de muitas outras atividades humanas, em meros produtos comerciais, commodities sujeitas às leis e normas dos mercados. Instituições educativas privadas, nos termos amparados e exigidos pela Constituição nacional, são legítimas e necessárias, desde que, sob a autoridade superior do Estado, cumpram com qualidade os objetivos públicos que são da essência da educação."

É necessário ampliar o conhecimento da população em termos de formação profissional e cidadã, os quais são elementos essenciais para a elevar a qualidade de vida, fortalecer a economia e também fortalecer os valores da democracia (Dias Sobrinho, 2013). Para o autor, uma sociedade que não consegue, ou não quer, fornecer escolarização de qualidade aos cidadãos, está sujeita ao empobrecimento, não somente econômico, mas cultural, intelectual e crítico .

4. Considerações finais

As IES atualmente, são instituições que estão em constante confronto com a tradição, de que essa deve cumprir uma missão pública, em uma sociedade com espaço público que se transnacionaliza (Trindade, 1999). A vertente neoliberal na educação superior fomenta a lógica do modelo que essa deve responder a necessidades externa à sociedade, o que a torna uma instituição multifuncional e utilitarista. A discussão de que os alunos são clientes e esses devem escolher o destino da rota da educação superior, justificada na falácia de que a melhor maneira dos prestadores públicos responderem aos interesses do público (Trindade, 1999). Cai por terra ao discutir o papel da educação superior para a formação cidadã crítica, emancipação dos indivíduos e ao fomentar que a educação superior possibilita a democracia ao encararmos a educação como um bem público e não um serviço público.

A permanência crítica das IES, possibilita conferir à educação superior um papel construtivo, dado que as ilimitadas possibilidades do conhecimento e da informação fornecem bases para o progresso da ciência e da cultura dos povos. Esse conhecimento deve ser explorado para o desenvolvimento do capital cultural, que inclui o científico e técnico, e não somente para/pelo capital econômico ou para uma ideologia mercantil (García-Guadilla, 2003).

A IES deve ser considerada sob o viés de múltiplas e complexas dimensões, na qual as IES devem ser pensadas a partir da renovação do conhecimento, da sua transferência para a sociedade, com abordagens transdisciplinares. Além disso, as IES devem ser pensadas do ponto de vista de políticas nacionais, em especial a áreas da ciência básica e garantia de acesso à educação de populações que não dispõem de meios económicos. E também contrabalancear a conectividade do mundo e da globalização com as comunidades locais (García-Guadilla, 2003). É

necessário levar em consideração a economia do conhecimento e educação superior como elos para mobilização de competências empresariais, mais principalmente acadêmicas e tecnológicas, para que o objetivo seja a melhoria da vida das populações (Sousa, 2021).

Referências

AGUIAR, L. C. A interiorização da educação superior no estado de Santa Catarina: a ideia de universidade como discurso de desenvolvimento. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 14, n. 55, p. 213–230, 2014. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640471. Acesso em: 14 set. 2024.

CASTRO-GÓMEZ; Santiago. Descolonizar la universidad. La hibridus del punto cero y
el diálogo de saberes. In: PALERMO, Zulma, et. al. (comp.) **Des/decolonizar la universidad.** 1ª Ed. Cuidad Autónoma de Buenos Áires: Del Signo (El desprendimento/
Walter Mignolo), 2015.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação superior:** conceitos, definições e classificações. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000.

Dias Sobrinho, J.. (2013). Educação superior: bem público, equidade e democratização. **Avaliação: Revista Da Avaliação Da Educação Superior (campinas)**, n.18, e.1, p. 107–126. https://doi.org/10.1590/S1414-40772013000100007. Acesso em: 14 set. 2024

DIDONÉ, M. L. I**mpactos da responsabilidade social de uma universidade comunitária no desenvolvimento local e regional: a percepção dos Stakeholders**. 2014. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014. Disponível em: https://bibliodigital.unijui.edu.br:8443/xmlui/handle/123456789/2817. Acesso em: 14 set. 2024.

GARCÍA GUADILLA, Carmen. Balance de la década de los ‘90 y reflexiones sobre las nuevas fuerzas de cambio en la educación superior. In: MOLLIS, Marcela (compiladora). **Las universidades en América Latina:** ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero. Buenos Aires: CLACSO, enero de 2003.

GUMBOWSKY, A. Instituições de ensino superior fundacionais do estado de Santa Catarina: compromissos com o desenvolvimento regional. **Revista Univap**, v. 20, n. 36, dez. 2014. Disponível em: https://revista.univap.br/index.php/revistaunivap/article/view/289/231. Acesso em: 14 set. 2024.

GUMBOWSKY, A.; ASSUNÇÃO, K. R. G. S. Educação básica e desenvolvimento regional. **Profanações,** v. 6, n. Ed. esp., p. 186–211, 2019. DOI: 10.24302/prof.v6iEd. esp.2459. Disponível em: http://www.periodicos.unc.br/index.php/prof/article/view/2459. Acesso em: 14 set. 2024.

LANDER, Edgardo. **¿Conocimiento para Qué? ¿Conocimiento para Quién?:** Reflexiones sobre la Universidad y la geopolítica de los saberes hegemónicos. In: _____ (Comp.) Des/decolonizar la universidad. 1ª Ed. Cuidad Autónoma de Buenos Áires: Del Signo (El desprendimento/Walter Mignolo), 2015

LEITE, Denise; GENRO, Maria Elly Herz. Quo vadis? Avaliação e internacionalização da educação superior na América Latina. In: LEITE, Denise et.al. **Políticas de Evaluación Universitaria em América Latina**: perspectivas críticas. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; Instituto de investigaciones Gino Germani, 2012.

MAGALHÃES; António M. A Identidade do Ensino Superior: a Educação Superior e a Universidade. **Revista Lusófona de Educação,** Portugal**.** v. 7 n. 7; 2006.

MOROSINI, Marília e CORTE, Marilene Gabriel Dalla. Internacionalização da Educação Superior. IN: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior.** V.01. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

PAIM, J. Q. **Contribuições das universidades comunitárias de Santa Catarina para o desenvolvimento regional na sociedade do conhecimento.** 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/5473. Acesso em: 14 set. 2024.

POLICARPO, T. A. **Políticas públicas e inclusão social no ensino superior comunitário em Santa Catarina:** a Universidade do Extremo Sul Catarinense no período desenvolvimentista (2005-2015). 2017. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2017. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/handle/1/5655. Acesso em: 14 set. 2024.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Da universidade à pluriversidade e à subversidade. In: _____. **O fim do império cognitivo:** A afirmação das epistemologias do Sul. 1ª ed. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020

SOUZA, José Vieira de. História da Educação Superior. IN: MOROSINI, Marília. **Enciclopédia Brasileira de Educação Superior.** V.02. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2021.

TORRES, Carlos A. e SCHUGURENSKY, Daniel. The political economy of higher education in the era of neoliberal globalization: Latin America in comparative perspective. In: **Higher Education**. n. 43:, 2002.

TRINDADE, Hélgio. Universidade, Ciência e Estado. In: _____ (org.) **Universidade em Ruínas: na república dos professores.** Porto Alegre: Vozes, 1999.

TRINDADE; Hélgio. O discurso da crise e a reforma universitária necessária da universidade brasileira. In: MOLLIS, Marcela (compiladora). **Las universidades em América Latina: ¿reformadas o alteradas? La cosmética del poder financiero.** Buenos Aires: CLACSO, enero de 2003.